

1

4

5

Lei Municipal nº 1378/94

Reformulada e revogada pela Lei Municipal nº 2301/2005 Alterada pela Lei nº 2344/2005 e Alterada pela Lei nº. 2781/2011

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Ata nº 09/2023

- 2 Ata da Assembleia Geral Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social de Santos -
- 3 CMAS, realizada no dia 15 de agosto de 2023, no auditório na Rua Pedro II, 25 Centro, com a
 - presença de conselheiros, convidados e a Secretaria Executiva do conselho Sra. Adelma Santos
 - Lima, conforme lista de presença abaixo:

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - EXERCÍCIO 2023					
CONSELHEIRO	REPRESENTATIVIDADE		Agosto		
Rayssa Ramos Barja	TITULAR	GOVERNO - SEDS	P		
Tassia Queiroz Prado	SUPLENTE	GOVERNO - SEDS	Р		
Maria Anunciação de Jesus Lourenço	TITULAR	GOVERNO - SMS	Р		
Vago	SUPLENTE	GOVERNO - SMS	***		
Angélica Egler Graça Gomes	TITULAR	GOVERNO - SEDUC	***		
Cristiana Mondadori	SUPLENTE	GOVERNO - SEDUC	P		
Alexsander José Guedes	TITULAR	GOVERNO - SEMES	P		
Paulo Roberto Paes Musa	SUPLENTE	GOVERNO - SEMES	***		
Leonardo Rodrigues de Moraes	TITULAR	GOVERNO - SECULT	F		
Marcelo Lattanzi Ramires	SUPLENTE	GOVERNO - SECULT	F		
Renata Fagundes	TITULAR	GOVERNO - SEDURB	Р		
Jorge Manuel de Souza Ferreira	SUPLENTE	GOVERNO - SEDURB	***		
Ronaldo Francisco Resende	TITULAR	GOVERNO - COHAB	Р		
Jessica Vilar da Nobrega Laffront	SUPLENTE	GOVERNO - COHAB	Р		
Marcus Vinicius Gonçalves Sécio	TITULAR	GOVERNO - SESEG	Р		
Ana Carolina da Silva Costa Emilio	SUPLENTE	GOVERNO - SESEG	***		
Itiel Pereira de Araújo Filho	TITULAR	GOVERNO - SEFIN	P		
Mayara Bessa Cappello	SUPLENTE	GOVERNO - SEFIN	***		
Sociedade Amiga dos Pobres – Albergue Noturno	TITULAR	SOC. CIVIL - ENTIDADE	P		
ONG Vidas Recicladas	SUPLENTE	SOC. CIVIL - ENTIDADE	P		
Instituto Elos	SUPLENTE	SOC. CIVIL - ENTIDADE	P		
PROVIVER Obras Sociais e Educacionais	TITULAR	SOC. CIVIL - ENTIDADE	P		
Asilo de Inválidos de Santos – Casa do Sol	SUPLENTE	SOC. CIVIL - ENTIDADE	Р		
Lar das Moças Cegas	SUPLENTE	SOC. CIVIL - ENTIDADE	Р		
Educandário Santista	TITULAR	SOC. CIVIL - ENTIDADE	Р		
Lar Evangélico de Amparo a Velhice	SUPLENTE	SOC. CIVIL - ENTIDADE	Р		
Sociedade São Vicente de Paulo	SUPLENTE	SOC. CIVIL - ENTIDADE	Р		
Aurora Fernandez Rodriguez	TITULAR	SOC. CIVIL - TRABALHADOR	P		
Maria Beatriz de Carvalho	SUPLENTE	SOC. CIVIL - TRABALHADOR	P		
Vago	SUPLENTE	SOC. CIVIL - TRABALHADOR	***		
Paulo Cezar Simoni	TITULAR	SOC. CIVIL - TRABALHADOR	Р		
Gilmara M. B. Salazar	SUPLENTE	SOC. CIVIL - TRABALHADOR	P		
Vago	SUPLENTE	SOC. CIVIL - TRABALHADOR	***		

Rua XV de Novembro, 183 – Segundo andar – Centro – Santos/SP Telefone: (13) 3261-5508 WhatsApp: (13) 99744-0733 cmas@santos.sp.gov.br



6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

Lei Municipal nº 1378/94 Reformulada e revogada pela Lei Municipal nº 2301/2005 Alterada pela Lei nº 2344/2005 e Alterada pela Lei nº. 2781/2011

Katia Ayres Dos Anjos	TITULAR	SOC. CIVIL - TRABALHADOR	Р
Barbara Mendonça Brasil	SUPLENTE	SOC. CIVIL - TRABALHADOR	Р
Vago	SUPLENTE	SOC. CIVIL - TRABALHADOR	***
Alaíde Maria de Oliveira	TITULAR	SOC. CIVIL - USUÁRIOS	Р
Claudia Aparecida Solidário Pedroso	SUPLENTE	SOC. CIVIL - USUÁRIOS	F
Vago	SUPLENTE	SOC. CIVIL - USUÁRIOS	***
Rogério Aparecido dos Santos	TITULAR	SOC. CIVIL - USUÁRIOS	Р
Vago	SUPLENTE	SOC. CIVIL - USUÁRIOS	***
Vago	SUPLENTE	SOC. CIVIL - USUÁRIOS	***
Maria Anunciada de Andrade	TITULAR	SOC. CIVIL - USUÁRIOS	F
Vago	SUPLENTE	SOC. CIVIL - USUÁRIOS	***
Vago	SUPLENTE	SOC. CIVIL - USUÁRIOS	***

Em segunda chamada, a Sra. Josenice, Presidente, cumprimenta os presentes, a seguir, inicia a reunião com o Item 1 - Apreciação e Deliberação da ata da Assembleia Geral Ordinária do dia 18/07/2023, sendo aprovada em unanimidade. Item 2 - Aprovação de ampliação de Serviço de Acolhimento Institucional – Modalidade Abrigo para Idosos, através de chamamento público. A conselheira Tassia informa que a SEDS abriu processo para ampliação do número de vagas para Instituição de Longa Permanência -ILP, para mais 30 vagas, a ser executada pela rede indireta, através de convênio. Os valores dos repasses serão os mesmos já praticados. A conselheira Maria Anunciação pergunta quantas vagas o município oferta no momento. A conselheira Rayssa responde que atualmente temos 68 vagas de ILPI, sendo estas insuficientes. O valor será custeado pela Fonte 01, ou seja, do Fundo Municipal de Assistência Social. Após votação, a ampliação do servico é aprovada. Item 3 - Deliberação de utilização de recurso para aquisição de material para processo eleitoral do CMAS. O conselheiro Ronaldo explica que a Comissão de Legislação elaborou um folder com informações sobre o conselho para ser utilizado no processo eleitoral, sendo um material que poderá ser utilizado permanentemente pelo CMAS. O material será utilizado para divulgação do processo eleitoral nos serviços da rede pública e privada. A conselheira Nadja completa, informando que o material foi pensado para motivar as pessoas a participarem do colegiado, demonstrando as vantagens/ganhos na participação dos munícipes no controle social. A conselheira Tassia informa que a comunicação possui ata aberta e que o custo para confecção de uma tiragem de 5 mil folders será de R\$2 mil reais. O conselheiro Itiel pergunta se não seria melhor conseguir um patrocínio para confecção do material. A conselheira Tassia responde que temos recurso para custear a aquisição do material. Após votação, a utilização do recurso é aprovada. Item 4 - Apreciação e deliberação de alteração no plano de ação da OSC Vidas Recicladas, para utilização do recurso financeiro do FEAS – Promoção da rede socioassistencial



29

30

31

32

33

34

35

36

37

38

39

40

41

42

43

44

45

46

47

48

49

50

51

52

53

54

55

56

57

58

59

60

Lei Municipal nº 1378/94 Reformulada e revogada pela Lei Municipal nº 2301/2005 Alterada pela Lei nº 2344/2005 e Alterada pela Lei nº. 2781/2011

de Santos. A presidente informa que a OSC solicitou alterações de alguns itens, que já não são mais necessários para a execução dos servicos. Após leitura do oficio enviado pela OSC, é votada a alteração, sendo aprovada. Item 5 - Aprovação de utilização de recurso do PROCAD SUAS para Encontro Regional Sudeste CAD Único e Programa Bolsa Família. A conselheira Tassia informa que recebeu e-mail da Diretoria Regional de Assistência e Desenvolvimento Social – DRADS, onde solicitaram a participação do município no "Encontro Regional SUDESTE: Cadastro Único e Programa Bolsa Família" que será realizado em Belo Horizonte, no período de 12 a 14 de setembro. Sendo solicitado a presença de 1 Secretário(a) da Assistência Social, 1 Coordenador(a) do Cadastro Único, 1 Trabalhador(a) da Vigilância Socioassistencial, 1 representante do CMAS e 1 Contador(a) ou trabalhador da seção financeira. O município de Santos será o único da região a participar, representando os demais da região. Para participação foi pensado em utilizar o recurso do PROCAD SUAS. Esse recurso é novo, e é destinado para ações de fortalecimento do CAD único. O conselheiro Rogerio pergunta sobre o que é o encontro e se os conselheiros poderão ir. A conselheira Rayssa lê a programação do encontro, explica que esse encontro não é destinado para os conselheiros, sendo o convite direcionado aos trabalhadores da SEDS, sendo contemplada a participação do CMAS através da secretária executiva. Sra. Camila, coordenadora da Proteção Social Básica fala da importância da participação no encontro, uma vez que as mudanças no Programa Bolsa Família são constantes, o que impacta diretamente no atendimento na ponta. Após votação, a utilização do recurso é aprovada. Item 6 - Revalidações das inscrições das OSC 2023. O conselheiro Paulo, explica que, conforme já informando na assembleia anterior, serão realizadas reuniões com as OSC que solicitaram revalidação da inscrição. As reuniões já possuem data e foram organizadas por oferta. O processo de revalidação, ocorrerá dessa forma, sendo que em alguns casos, também será realizado visita de fiscalização. A conselheira Rayssa divulga as datas, sendo sempre as 9h, dia 18/09/23 ofertas da RN109; dia 25/09/23 acolhimentos, todas as modalidades; dia 16/10/23 ofertas da RN 27; dia 23/10/23 RN 34; e dia 30/10/23 RN 33. As guatro primeiras serão realizados no espaço do Centro Darcy Ribeiro. Todos receberão oficio convocando para reunião, sendo chamado o presidente, coordenação/diretoria e equipe técnica. Explica ainda, que em 2022 os conselheiros conseguiram fiscalizar quase todas as organizações, assim, esse ano o colegiado focou na fiscalização na rede direta. Sra. Adelma explica que as reuniões serão parte do processo de revalidação e a não participação causará prejuízos e morosidade na análise das solicitações. Item 7 - Informes do CMAS: Relatos das Comissões e Diretoria Executiva. SAICAS. O conselheiro Paulo, coordenador da Comissão de Política informa que não foram



61

62

63

64

65

66

67

68

69

70

71

72

73

74

75

76

77

78

79

80

81

82

83

84

85

86

87

88

89

90

91

92

Lei Municipal nº 1378/94 Reformulada e revogada pela Lei Municipal nº 2301/2005 Alterada pela Lei nº 2344/2005 e Alterada pela Lei nº. 2781/2011

realizadas visitas no mês. Sra. Adelma informa que realizou visita a OCS ARS com a conselheira Juliana. Na ocasião os serviços não estavam sendo executados, aproveitou-se então para conhecer o espaço da instituição e conversar sobre os planos de trabalho. Será realizada nova visita de fiscalização a ARS para conclusão da análise. A conselheira Rayssa informa que na data de ontem, recebeu por e-mail, oficio da DRADS sobre o processo de revalidação da OSC Mensageiro da Luz. Assim, encaminhará o documento para a análise da comissão. A conselheira Tassia relata que na Comissão de Finanças foi discutido os itens 2, 3 e 4 da pauta em tela. Sra. Adelma informou que mandou novo oficio a SEDS com solicitação de apresentação da prestação de contas. A conselheira Tassia resposte que já recebeu e que irá enviar para análise da comissão e após, será apresentado na assembleia. Sra. Adelma relata que na Comissão de Legislação, foi discutido sobre as propostas aprovadas na XV Conferência Municipal de Assistência Social, sendo enviado oficio a SEDS solicitando plano de providências. A Sra. Secretária, Audrey, informa que já recebeu e que já estão trabalhando no documento, sendo enviado em breve ao colegiado. Foi discutido também na reunião o conteúdo do folder. A conselheira Tassia informa que na Comissão de Instância, novamente tivemos a participação de trabalhadores da educação (estado). Sendo acordado que a próxima reunião da comissão será realizada na Diretoria Regional de Ensino - DRE, com a participação dos coordenadores das escolas do estado. Foi pensado nessa estratégia para aproximação dos profissionais, para entender as dificuldades e sensibilização para o acompanhamento das famílias beneficiários do Programa Bolsa Família - PBF. A conselheira Anunciação fala da importância da digitação dos dados das famílias nos sistemas. Sra. Camila, fala que além de sensibilizar para o uso correto do sistema é importante o olhar para o acompanhamento, é contribuir para o olhar sobre as condicionalidades do PBF que não são punitivas e sim protetivas, sendo esta articulação papel da comissão para ampliar a perspectiva de atendimento, aproximar e trocar as formas de trabalho e acompanhamento das políticas envolvidas. A conselheira Katia fala que o investimento nessa articulação é importante, mas destaca que desde 2018 são realizados investimento na articulação com a DRE, onde o diretor Joao Bosco participou de algumas reuniões, sendo necessário fazer esse resgate pois já foi realizado muito investimento na articulação com o estado, sendo necessário ter algum retorno de todo esse investimento. A articulação fica muito no profissional que está na ponta, pessoalizado os processos, sem definição de fluxos. A conselheira Rayssa fala que esta reunião é uma estratégia para lembrá-los da responsabilidade para com o acompanhamento das famílias e discutir sobre o processo. A conselheira Katia verbaliza que precisamos trabalhar e não só discutir. A conselheira Rayssa fala



93

94

95

96

97

98

99

100

101

102

103

104

105

106

107

108

109

110

111

112

113

114

115

116

117

118

119

120

121

122

123

124

Lei Municipal nº 1378/94 Reformulada e revogada pela Lei Municipal nº 2301/2005 Alterada pela Lei nº 2344/2005 e Alterada pela Lei nº. 2781/2011

que as condicionalidades são para proteção das famílias e nessa reunião discutiremos quais as questões na ponta que dificultam o trabalho. A conselheira Katia verbaliza que a gente discute. discute e nada muda, sendo que a supervisão de ensino só tem um telefone para tratar das questões. Sra. Camila fala que antes a gente não consegui nem falar com o estado, sendo hoje a relação frágil. Todos sabem o quanto já foi investido e sem muito resultado, mas a partir desse primeiro contato, vamos conseguir entrar na DRE, nos apresentar oficialmente e pensar em novas estratégias. Ainda, que também está cansada, mas precisamos retomar, pois os trabalhadores podem ler, estudar, mas precisam de aprofundamento para entender, e isso nós temos que levar. A conselheira Katia fala da importância do aspecto não punitivo e sim de proteção, para atender as necessidades da família que está vivendo a desproteção. A seguir, a conselheira Fernanda de Souza realiza relato do SAICAS. Informa que houve reunião esse mês, mas ainda não finalizarão a análise, ainda falta uma visita, após, apresentarão relatório ao colegiado. Item 8 - Informes do Gestor. Sra. Audrey informa sobre o processo emergencial para contratação de psicólogos, assistentes sociais e operadores socias. Explica que mesmo com o concurso público em andamento, ainda levará um tempo para chamar esses trabalhadores para assumirem o cargo e os serviços não poderiam esperar tanto tempo. Informa ainda que a SEDS não tem gestão sobre o processo seletivo, que muitas pessoas tem procurado a secretaria, mandando e-mail, assim, ressalta a imparcialidade da SEDS no processo, que está sendo realizado pela secretaria de Gestão. No dia 28/07 ocorreu o Encontro Regional para Fortalecimento da Assistência Social na Baixada Santista. Participaram representantes dos nove municípios da região. Também contou com a presença da Laura Dias representante do movimento de população de rua e representantes da União dos Vereadores da Baixada Santista. Na ocasião foi questionado o motivo dos CMAS da região não terem sido convidados, somente o CMAS Santos esteve presente. Explicou que o convite foi enviado aos municípios, ficando a critério de cada um o envio de seus representantes. O encontro foi muito importante pois as pessoas não tinham esse contato. Cada cidade pode se apresentar e foi discutido sobre o plano de emergência para o inverno. Sobre quais municípios conseguiram utilizar o recurso do Estado, sendo somente utilizado pelas cidades de Santos e São Vicente. Relatou ainda a dificuldade de todos em relação aos tramites dos processos para utilização dos recursos. A conselheira Rayssa fala que já questionou a DRADS se esse recurso está previsto para o ano de 2024, pois o recurso vem com prazos curtos para aceite, sendo que os tramites são morosos e precisam ser respeitados, gerando dificuldade para utilização, tornando as condições para utilização quase que impossível. Essa fala foi corroborada pelos demais municípios presentes.



125

126

127

128

129

130

131

132

133

134

135

136

137

138

139

140

141

142

143

144

145

146

147

148

149

150

151

152

153

154

155

156

Lei Municipal nº 1378/94 Reformulada e revogada pela Lei Municipal nº 2301/2005 Alterada pela Lei nº 2344/2005 e Alterada pela Lei nº. 2781/2011

Foi solicitado que cada município apresentasse quantas pessoas consegue atender e quais são as pretensões para de atendimento, para apresentação a DRADS. A conselheira Josenice aproveita a oportunidade para perguntar quando o Albergue receberá o recurso do plano inverno, pois estão atendendo a população e ainda não foi repassado os valores acordados. Sra. Audrey responde que o processo estava na procuradoria, que apontou algumas questões, assim, já foi dialogado com a procurador, ressaltando a urgência da questão e após sanar as questões apontadas, o processo tramitará nos próximos dias. A conselheira Tassia informa que o recurso já está na conta do Fundo, mas, é necessário aquardar os tramites do processo, que ainda encontrasse na procuradoria. Sra. Audrey divulga que no dia 17/08, em alusão ao Dia Nacional da Luta da População em Situação de Rua que é comemorado no dia 19/08, o município ofertará uma série de acões a população em situação de rua, na região do mercado. A ação está sendo chamada pelos movimentos de população de rua e a SEDS foi convidada a estar junto na ação. Terá cinema de rua. O conselheiro Rogerio mencionada que a data é referente as 07 pessoas em situação de rua foram assassinadas em 2004 em São Paulo. Sra. Audrey informa sobre que o novo imóvel do NIAS Caruara está quase pronto, pois o atual não possui mais condições para atendimento. Estão utilizando um espaço na subprefeitura e a escola judoca também ofereceu o espaço para uso. O CRAS Caruara só será possível após a chegada dos trabalhados do concurso, não do processo emergencial, que só dará conta das reposições e não de ampliações de serviços. O CRAS São Manoel também está em condições rum. Foi realizada uma conversa com a secretaria de educação, pensando na ocupação da escola Flavio Cipriano, que será desativada, sendo o prédio da administração pública e que secretaria de educação não irá mais utilizar. A previsão para saída da escola é junho/2024, assim a SEDS já está amarrando a necessidade de utilização do espaço. O CRAS Bom Retiro também deverá mudar, foi identificado o prédio em frente ao CRAS, antigo Bradesco. É um espaço amplo e possui acessibilidade. Os técnicos realizaram visita para conhecer e aprovaram o imóvel, sendo iniciado os tramites para locação. O CRAS Rádio Clube está aguardando a conclusão da reforma do novo imóvel para mudança. O CRAS Centro recebeu algumas melhorias, como colocação de divisórias no espaço para garantir sigilo/privacidade nos atendimentos. Também foi feito serviços de pintura e reparos no telhado. A Seção de Capacitação dos funcionários da rede socioassistencial - SECAFUR também irá mudar de espaço, pois o atual não possui acessibilidade, mudando para o prédio da Evaristo da Veiga, onde funcionava a Cada Dia. Sobre a situação da Casa Dia, que está sem funcionar há mais de 3 anos, está sendo locado outro imóvel, na Afonso Pena, que irá atender a necessidade do serviço. A SEDS está realizando o planejamento para o próximo ano. A seguir



157

158

159

160

161

162

163

164

165

166

167

168

169

170

171

172

173

174

175

176

177

178

179

180

181

182

183

184

185

186

187

188

Lei Municipal nº 1378/94 Reformulada e revogada pela Lei Municipal nº 2301/2005 Alterada pela Lei nº 2344/2005 e Alterada pela Lei nº. 2781/2011

informou que conversou com o Filipe Resende, provocando uma reunião entre os conselhos na área continental para discussão de vários assuntos pertinentes a todos os conselhos, o mesmo chamará a reunião. Por fim, Sra. Audrey informa que conforme tem divulgado nas redes sociais, tem realizado reuniões com o Centro de Controle Operacional-CCO, que realiza o monitoramento da cidade através das câmeras de segurança instaladas no município e realiza atendimento do 153. O CCO através do número 153 atende vários serviços, como segurança pública (guarda municipal), zeladoria, atendimento à população em situação de rua, entre outros. As ligações aumentaram muito desde que a SEDS ampliou a divulgação do serviço, assim estão sendo feitas reuniões de aproximação para melhorar o serviço. Não existe um controle sobre o número de ligações destinadas a SEDS. As demais secretarias possuem sistemas eletrônico para registro das ocorrências e na SEDS a demanda é passada via contato telefônico. A central avisa o servico de abordagem sobre as chamadas referentes a política de assistência social. Essas reuniões são importantes para que a central entenda o trabalho da SEDS. Hoje os operadores sociais do serviço de abordagem social irão conhecer o CCO, para ver como funciona o atendimento e levar nossa argumentação técnica para que entendam nossas necessidades. Sr. Amado questiona sobre como o serviço poderá atender os deficientes auditivos, que não conseguem ligar para o 153. Sra. Audrey responde que teremos em breve a Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência e que essa problemática deve ser apontada nesse espaço, colocando os números de emergência como prioridade. Será levada a questão ao CCO mas precisa chegar de forma oficial, enquanto conselho. A conselheira Katia discorre sobre o atendimento no número 153, que é atendido pela quarda municipal e que a cidade possui historio higienista. Que os pertences e medicações das pessoas em situação de rua são jogadas fora sendo necessário esclarecer a população sobre esse novo momento do serviço. Sra. Audrey coloca que o trabalho nesse sentido tem sido incessante. Os comerciantes ligam no 153 e pedem para prender as pessoas e não ajudar. O Comitê Gestor Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento do Plano Municipal para a Gestão das Pessoas em Situação de Rua – Ciamp -Rua, tem se reunido, a próxima reunião será na igreja Nossa Senhora do Carmo, na Ponta da Praia. Essa igreja oferece café da manhã todos os dias paras as pessoas em situação de rua, mas eles sentem falta da ação da política pública, assim vamos até esse espaço para que todos entendam nossas intenções. A conselheira Anunciação fala que dar a comida, a esmola, sem a política pública, não promove nada. Sra. Audrey fala que tem acontecido reuniões com grupos solidários no Centro Pop, onde muitos nem sabiam que o serviço existia, entendendo assim que podem continuar ajudando, mas que essa ajuda vá com alguma coisa a



189

190

191

192

193

194

195

196

197

198

199

200

201

202

203

204

205

206

207

208

209

210

211

212

213

214

215

216

217

218

219

220

Lei Municipal nº 1378/94 Reformulada e revogada pela Lei Municipal nº 2301/2005 Alterada pela Lei nº 2344/2005 e Alterada pela Lei nº. 2781/2011

mais. A presidente coloca que a secretária tem feito essa articulação com os movimentos e que tem sido momentos de alinhar, de entender que não é só dar por dar. Inclusive houve no Alberque um lindo jantar de dia dos pais em parceria com um grupo. O conselheiro Rogerio fala da dificuldade do atendimento no número 153, da guarda municipal. Sra. Sandra Regina dos Santos. verbaliza o quanto a questão do atendimento pelo 153 incomoda, pois é um número que também é usado para a política de assistência, mas não é a política de assistência que recebe a ligação. Sendo oriunda das questões das crianças e adolescentes, o município não tem mapeado a situação do trabalho infantil, pois o serviço de atendimento 153 não é nosso. Sra. Audrey responde que sempre foi assim, desde 2015 e que essa aproximação que ela tem feito com o CCO é inédita na secretaria. Sra. Sandra menciona que a própria quarda municipal verbaliza que não deveriam atender as demandas da SEDS. Sra. Marceli, chefe de departamento da Proteção Social Especial coloca que vem conversando muito sobre a problemática, sendo que o atendimento realizado pela guarda acaba não sendo qualificado, buscando assim, a SEDS, alternativas viáveis para resolver o problema. O serviço de abordagem social não prevê serviço telefônico. As demandas acabam surgindo através de denúncia. Não gostamos de usar esse termo, para não criminalizar as pessoas, pois as informações chegam para que possamos ofertar proteção. Antes tinha o 0800, que era atendido pela política de assistência social, mas é um número difícil para a população gravar/lembrar, assim pela lógica, o 153, que já é conhecido pela população é melhor, estando a SEDS trabalhando na perspectiva de continuar dessa forma. Informa ainda que estavam tentando realizar a contratação de agentes de comunicação. Mas o processo foi negado varias vezes, mas que na semana passada a solicitação foi aprovada. A ideia é trabalhadores da SEDS realizarem o atendimento. Sra. Sandra menciona que como o numero 153 é de uso nacional, nos limites dos municípios ele não funciona, que é moradora do bairro José Menino e os moradores do bairro não conseguem acionar o serviço. O conselheiro Marcos, que é guarda municipal verbaliza que o numero 153 foi disponibilizado pela Anatel para uso da guarda municipal e que por ser utilizado por outros serviços, sempre fica congestionado, assim, por vezes o munícipe não consegue ser atendido. Sugere que a Política de Assistência Social brique para um número exclusivo para atendimento a suas demandas. Sra. Audrey responde que a escolha não é nossa, e sim do prefeito. Sendo necessário tentar melhorar o servico e continuar com o número, para não confundir mais a cabeça da população. A conselheira Katia fala que o trabalho da abordagem social é muito mais para outros municípios, que os adolescentes são apreendidos e logo após voltam para as ruas. Sra. Secretária completa que mais de 80% dos adolescentes abordados são dos municípios



221

222

223

224

225

226

227

228

229

230

231

232

233

234

235

236

237

238

239

240

241

242

243

244

245

246

247

248

249

250

Lei Municipal nº 1378/94 Reformulada e revogada pela Lei Municipal nº 2301/2005 Alterada pela Lei nº 2344/2005 e Alterada pela Lei nº. 2781/2011

vizinhos, São Vicente Guarujá. Sra. Sandra comenta que na Conferência Regional da Criança e Adolescente que ocorreu em julho, o presidente do CMDCA de São Vicente estava envolvido na comercialização de balas por adolescente no local. Sra. Secretária fala que é preciso saber como as políticas públicas estão funcionando nos demais municípios, que Santos tem essas informações mapeadas, que a equipe tem uma socióloga que realiza o trabalho. Informa que o trabalho da abordagem social com o consultório na rua tem sido extremamente produtivo. As reuniões se tornaram permanentes. As pessoas perguntam se vamos acabar com as pessoas em situação de triste. Essa fala trás muita tristeza, pois é muito cruel, a SEDS não quer exterminar a população de rua, assim, vamos vencer pela educação, pois todos temos responsabilidade, todas as secretarias precisam estar envolvidas, sendo os desafios ligados as metas da ODS. Item 9 - Assuntos Gerais. Sr. Amado verbaliza que tem ido a SEDS tentar para com a secretária, mas que informam que ela sempre está em reunião. Sra. Secretária responde que nunca foi avisada e que se se soubesse, com certeza pausaria a reunião para atendê-lo. Declara que a porta está aberta e quem quiser conversar, irá ter acesso a secretaria. Sr. Amado fala que na região do mercado tem muito morador de rua, que avistou um prédio abandonado que poderia ser reformado para abrigar aquelas pessoas. Sra. Secretária informou que já estão sendo realizadas tratativas para essa locação, porem o proprietário pediu 40 milhões, sendo inviável para a administração pública. A conselheira Aurora informa que está acontecendo em Guarujá varias ações a população em situação de rua, como exposição de artes, com quadros pintados por uma pessoa em situação de rua, que também será realizada no município de Santos. O conselheiro Rogerio relata que na reunião do COMAD, onde participa como representante do CMAS, foi levantado assuntos pertinentes a politica de assistência, como crianças na rua em horário que a abordagem social não trabalha, redução de dados e capacitação de trabalhadores. Solicita orientação com relação a participação do COMAD, que será realizada pela secretária executiva. A conselheira Rayssa divulga o Fórum Regional Maternidade e Infância, que ocorrerá no sábado, dia 19. Informa que estará na coordenação dos trabalhos. O evento terá espaços de lazer, discussões sobre saúde e educação, sendo destinado a mães e interessados no assunto. Terá espaço kids. A conselheira Katia completa que a professora Priscila, da Unifesp possui material rico no assunto, contando o evento com sua participação. O Fórum acontecerá no teatro municipal. Não tendo mais assuntos a tratar, a Presidente agradece a presença de todos e a encerra a reunião.